



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Laranjeiras do Sul-PR, 23 de julho de 2024.

Assunto: Impugnação ao Edital – Concorrência Eletrônico 019/2024-PMLS que tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS DA PRIMEIRA ETAPA DA OBRA DA GRANJA AGRO LARANJEIRAS COM MOVIMENTAÇÃO DA TERRA E PREPARAÇÃO PARA FUNDAÇÕES**

IMPUGNANTE: PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA CNPJ: 32.750.290/0001-87

I. DA ADMISSIBILIDADE

Antes de passar a análise dos fatos alegados pelo impugnante, passemos ao cotejo da admissibilidade da presente impugnação.

Com relação à admissibilidade, o Art. 164 da Lei Federal 14.133/2021 estabelece que:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

O Tribunal de Contas da União já acolheu o seguinte entendimento sobre as contagens de prazos na impugnação: No Acórdão nº. 1/2007 (processo TC 014.506/2006-2) o TCU entendeu ser tempestiva uma impugnação apresentada em 22/11/2005 (terça-feira) em face de um pregão que teria abertura em 24/11/2005 (quinta-feira).

Do mesmo modo, através do Acórdão nº. 382/2003 (processo TC 016.538/2002-2) entendeu ser tempestiva uma impugnação apresentada em 27/9/2002 (sexta-feira) em face de uma licitação que ocorreria em 1/10/2002 (terça-feira).

Sendo assim, até dia 08/06/2024 poderão ser apresentadas impugnações ao referido certame. Portanto, tal peça encontra-se TEMPESTIVA pois foi recebida no dia 19 de julho de 2024.

Ainda, encontram-se presentes os pressupostos de admissibilidade.

II. DA SÍNTESE DOS FATOS ALEGADOS

Em apertada síntese, a impugnante alega:



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100



**GAMA
MONTEIRO**
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ILUSTRÍSSIMO SENHOR JONATAS FELISBERTO DA SILVA, PREFEITO DO
MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL – ESTADO DO PARANÁ.

Edital de Concorrência Eletrônica nº 019/2024-PMLS.

PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.750.290/0001-87, com endereço na Avenida Ivo Carli, nº 2.655, Sala A, bairro Conradinho, cidade de Guarapuava/PR, CEP 85.055-520, doravante denominada 'Impugnante' ou simplesmente 'PROGRESSO', vem, respeitosamente, por meio de seus Advogados ao final subscritos¹, com endereço eletrônico intimacoes@gmslaw.com.br, e endereço físico impresso em rodapé, meios em que recebem intimações e notificações, com base no item 21.2 e seguintes do Edital, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO

ao Edital de Concorrência Eletrônica nº 019/2024-PMLS, requerendo seu regular recebimento e processamento, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

Salienta-se, desde logo, que a presente Impugnação é tempestiva, tendo em vista que o prazo de 03 (três) dias úteis anteriores a abertura da sessão pública encerrar-se-á em 02/08/2024, data em que o presente instrumento restará devidamente apresentado, de modo que deve ser devidamente processado e julgado.

I. Síntese dos fatos:

1. O Edital de Concorrência Eletrônica nº 019/2024-PMLS possui como objeto a *"Contratação de empresa de engenharia para serviços de primeira etapa da obra da Granja Agro Laranjeiras"*

¹ Anexo 1: Procuração e Contrato Social.

Curitiba – PR
Rua Padre Anchieta, 2348
23º Andar, Bigorilho
CEP 80730-000
☎ +55 (41) 3779-4949

São Paulo – SP
Avenida Paulista, 2421
1º andar, Bela Vista
CEP 01311-300
☎ +55 (11) 3254-7515

gmslaw.com.br
contato@gmslaw.com.br



1

2



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100



**GAMA
MONTEIRO**
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

com movimentação da terra e preparação para fundações" – sendo previsto o valor de R\$ 6.852.892,89 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e nove centavo) para a execução total da obra.

2. Da leitura do item editalício 3.3, extrai-se a expressa vedação de participação no processo licitatório de licitantes reunidos em consórcio. Ocorre, que a redação do Edital nº 019/2024 não apresenta qualquer fundamentação que justifique a proibição em comento, de forma a contrariar disposição legal que rege o certame.

3. Trata-se, portanto, de uma vedação que impede a continuidade do certame nos termos existentes, ante a completa incompatibilidade com o ordenamento jurídico pátrio, além de vício insanável que ameaça a competitividade do processo licitatório, devendo ser imediatamente corrigido.

4. É o que se passa a expor.

II. Necessidade de fundamentação para a proibição de participação de consórcios no processo licitatório (art. 15 da Lei nº 14.133/2021):

5. Nos termos do Edital nº 019/2024, o Item 3 apresenta as condições para participação dos interessados no presente certame. A partir do Item 3.3, observa-se o impedimento de participação daqueles reunidos em consórcios:

3.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

3.3.15. Pessoas Jurídicas reunidas em consórcio;

6. Entretanto, têm-se que estas disposições editalícias são manifestadamente ilegais, uma vez que desacompanhadas de qualquer fundamentação que justifique a dispensa da Administração Municipal para com os consórcios. Fato é que a redação editalícia expressamente contraria o art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

Curitiba – PR
Rua Padre Anchieta, 2348
23º Andar, Bigornilho
CEP 80730-000
☎ +55 (41) 3779-4949

São Paulo – SP
Avenida Paulista, 2421
1º andar, Bela Vista
CEP 01311-300
☎ +55 (11) 3254-7515

gmslaw.com.br
contato@gmslaw.com.br



2

3



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100



**GAMA
MONTEIRO**
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

7. Referido dispositivo prevê como **regra padrão a participação dos consórcios nas licitações**, sendo sua exceção a proibição de participação das empresas reunidas nesta modalidade de associação – motivo pelo qual se exige prévia fundamentação:

“Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica **poderá participar de licitação em consórcio**, observadas as seguintes normas (...)”

8. Trata-se de um avanço regulatório que altera o regime anteriormente instituído pelo art. 33 da Lei nº 8.666/93, que por sua vez, indicava que a participação em consórcio deveria ser expressamente prevista. No atual regime, a viabilidade de participação em consórcio **só pode ser afastada mediante justificativa contundente**.

9. Não à toa que a alteração legal se deu pelos prejuízos que a restrição deliberada da participação dos consórcios causa ao interesse público e competitividade do certame. Isso porque a inviabilidade de participação através de consórcios leva a uma direta restrição à competitividade do próprio certame, em especial nos casos em que o objeto licitatório era voltado a obras de engenharia.

10. Neste sentido, o e. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO já se manifestou sobre a temática:

“A vedação da participação em licitações de empresas em consórcio deve ser justificada, sob pena de restrição à competitividade. (...)”

Sabe-se que a utilização de consórcio é uma forma de conjugação de esforços, seja para qualificação técnica, seja para qualificação econômico-financeira, que permite a empresa que, isoladamente, não atenderia às condições editalícias, participe de determinada licitação, unindo-se às que a suprem em um item ou outro. Em tese, implica ampliar o universo de licitantes, atendendo com isso também ao princípio da isonomia.

O Poder Público não pode dispor de tal instrumento quando bem entender. Deve averiguar se o objeto da licitação comporta ou não a execução por meio de empresas consorciadas. Entende-se que a complexidade, o valor, a amplitude e a peculiaridade da obra sejam determinantes na decisão de se admitir ou não o consórcio numa licitação.”²

² TCU – Acórdão nº 11196/2011 – 2ª C. – Rel. Augusto Sherman – J. 22/11/2011;

Curitiba – PR
Rua Padre Anchieta, 2348
23º Andar, Bigorinho
CEP 80730-000
☎ +55 (41) 3779-4949

São Paulo – SP
Avenida Paulista, 2421
1º andar, Bela Vista
CEP 01311-300
☎ +55 (11) 3254-7515

gmslaw.com.br
contato@gmslaw.com.br



3



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100



**GAMA
MONTEIRO**
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

11. A associação de empresas em consórcios se trata da possibilidade de que mais competidores possam vir a disputar, gerando maior vantajosidade aos cofres públicos. Isto porque a depender do instrumento convocatório, a participação isolada das empresas licitantes não seria suficiente para atender as condições editalícias para qualificação técnica e/ou econômico-financeira.

12. Portanto, ao se reunirem em consórcios, tais empresas licitantes acabam por suprir as deficiências que possuem – o que possibilita a regular participação nos processos licitatórios.

13. Não apenas isso, mas as características para execução do objeto licitatório também afeta a participação isolada das empresas licitantes, que ao se reunirem em consórcios, adquirem maior possibilidade do cumprimento ideal do objeto. Sobre o tema, destaca-se os apontamentos de JOEL DE MENEZES NIEBUHR:

“As vantagens de permitir a participação de empresas em consórcio são ainda mais salientes em relação às licitações de maior complexidade e de maior expressão econômica. Não raro o objeto da licitação exige dos licitantes o domínio de técnicas e a realização de atividades de diversas áreas do conhecimento, que nem sempre são dispostas em conjunto pelas empresas atuantes no mercado. Ou seja, as empresas, sozinhas, não conseguem executar o objeto do edital. Entretanto, juntas em consórcio, conseguem, cada uma executando a parte do edital correspondente à sua *expertise*. Também em relação às licitações de maior expressão econômica, pode suceder que as empresas atuantes no mercado, sozinhas não dispunham dos recursos econômicos necessários para a execução do objeto do contrato. Por outro lado, juntas, reunidas em consórcio, somam os seus recursos econômicos, o que viabiliza a execução das obrigações contratuais.”³

14. No presente caso, o objeto do Edital nº 019/2024 abrange a “*implantação e recape de pavimento asfáltico com concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ, drenagem pluvial, meio fio de sarjeta, passeios, acessibilidades e sinalização viária*”.

15. Com a vedação dos consórcios ao processo licitatório, têm-se o prejuízo de apresentação da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Isto, pois os vários serviços almejados pelo instrumento convocatório teriam a execução facilitada por possíveis consórcios licitantes, consequentemente resultando em melhores preços ofertados ao Poder Público.

³ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024, pp. 725-726.

Curitiba – PR
Rua Padre Anchieta, 2348
23º Andar, Bigorinho
CEP 80730-000
☎ +55 (41) 3779-4949

São Paulo – SP
Avenida Paulista, 2421
1º andar, Bela Vista
CEP 01311-300
☎ +55 (11) 3254-7515

gmslaw.com.br
contato@gmslaw.com.br



4

5



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100



**GAMA
MONTEIRO**
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

16. É por tais fatores que a vedação dos consórcios deverá ser precedida de análise da realidade do objeto licitatório, do mercado e das condições de execução da obra licitada, no intuito de melhor resultado que satisfaça o interesse público. Assim, se observada a necessidade de proibição da participação dos consórcios, deve-se apresentar motivação fundamentada que justifique o ato discricionário tomado.

17. Não é o que se vê do presente Edital, cujo objeto comporta e viabiliza a participação por meio de consórcios.

18. Nessa toada, ainda durante a vigência da Lei nº 8.666/93 em que a regra era pela necessidade de previsão expressa para participação dos consórcios, o e. TCU já havia pacificado o entendimento de que a vedação em comento deveria ser motivada pela Administração Pública, mesmo diante do caráter discricionário do ato:

“A Administração pode optar por permitir ou não a participação de consórcios em licitações públicas, devendo a decisão ser motivada, o que é especialmente importante se a opção for vedar a participação, que, em regra, restringe a competitividade do certame.”⁴

“O impedimento de participação de consórcios de empresas em licitações públicas requer a fundamentação do ato, à luz do princípio da motivação.”⁵

“A decisão de vedar a participação de consórcio em licitação de obra pública insere-se na esfera de discricionariedade do gestor. Tal opção, contudo, demanda a explicitação de justificativas técnicas e econômicas robustas que a respaldem.”⁶

“A decisão pela vedação de participação de consórcio de empresas em licitação é discricionária, porém deve ser devidamente motivada no processo administrativo.”⁷

19. Em complemento, impende destacar o julgado do e. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no qual foi decidido pela imprescindibilidade de motivação para a vedação da participação de consórcios em licitações públicas:

“(…) VIII – Em atenção aos princípios da isonomia e da escolha da proposta mais vantajosa, considerando que o Edital prevê a prestação de serviços diversos, não há

⁴ TCU – Acórdão 2447/2014 – Plenário – Rel. Aroldo Cedraz – J. 17/09/2014;

⁵ TCU – Acórdão 1305/2013 – Plenário – Rel. Valmir Campelo – J. 29/05/2013;

⁶ TCU – Acórdão 2831/2012 – Plenário – Rel. Ana Arraes – J. 17/10/2012;

⁷ TCU – Acórdão 3654/2012 – 2ª C. - Rel. Marcos Benquerer – J. 22/05/2012;

Curitiba – PR
Rua Padre Anchieta, 2348
23º Andar, Bigorinho
CEP 80730-000
☎ +55 (41) 3779-4949

São Paulo – SP
Avenida Paulista, 2421
1º andar, Bela Vista
CEP 01311-300
☎ +55 (11) 3254-7515

gmslaw.com.br
contato@gmslaw.com.br



5

6



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100



**GAMA
MONTEIRO**
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

razão para se vedar a participação de empresas sob consórcio. Tal vedação não atende aos princípios norteadores da licitação; logo, deve ser afastada do Edital.

IX – Também como bem ressaltado na sentença “não se trata de critério discricionário do Administrador Públicos, mas de um princípio jurídico que deve ser mantido”. Ademais, não consta no edital nenhuma motivação jurídica e legal para se vedar a participação de consórcio de empresas. (...)”⁸

20. Diante do exposto, com base no art. 15 da Lei nº 14.133/21 e o entendimento pacífico da jurisprudência, entende-se que a vedação da participação dos consórcios somente poderá ser feita com expressa fundamentação, a partir de prévia análise das circunstâncias ligadas à execução do objeto licitatório. Deste modo, evidente a necessidade de regularização do vício presente no Edital nº 019/2024-PMLS, no que tange a ausência de fundamentação para proibição de participação de consórcios no certame.


III. Pedidos:


21. Ante todo o exposto, e sempre respeitosamente, requer-se o acolhimento da presente impugnação, sendo necessária a revisão dos dispositivos editalícios no que tange a vedação de participação de consórcios no certame de Edital de Concorrência Eletrônica nº 019/2024-PMLS, vez que ausente a devida fundamentação para a proibição, conforme explicita o art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

Nesses termos,


Pede-se deferimento.

Curitiba/PR para Laranjeiras do Sul/PR, 19 de julho de 2024.


CONRADO GAMA MONTEIRO
OAB/PR 70.003


RAMON CAVALCANTE TRAUZYNSKI
OAB/PR 97.413


LUÍZA CASTRO FURTADO
OAB/PR 107.698


IGOR CHERMACK
OAB/PR 119.165

⁸ STJ – AgInt nos EDcl no REsp nº 1.455.704 – 2ª T. – Rel. Min. Francisco Falcão – J. 16.03.2023;


7



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410

CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

III – DA ANÁLISE

Antes de qualquer posicionamento, é preciso frisar que a administração sempre busca o interesse coletivo, sempre primando pelos princípios basilares do direito, em especial, no caso de licitações, no princípio da competitividade e da economicidade. É preciso ressaltar que a administração pública persegue, constantemente, a eficiência na prestação dos serviços e desenvolvimento das atividades conectadas ao interesse público.

Cumpre-nos registrar que o Município de Laranjeiras do Sul-PR, quando da elaboração de seus processos licitatórios, alinha-se ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, elucidados no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 e art. 3º da Lei nº 14.133/2021, especialmente, no que se refere à legalidade do referido ato administrativo e respeito ao princípio da ampla competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração e pleiteia pela garantia da excelência e eficiência da qualidade dos produtos e dos serviços a serem prestados.

O Termo de Referência deve ser utilizado nas licitações por pregão (eletrônico ou presencial). Já o nome Projeto Básico deve ser adotado nas modalidades regidas pela Lei nº 14.133/2021, incluindo os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, pois também são tratados naquela lei. A legislação estabelece que o responsável pela elaboração do Termo de Referência é a área requisitante.

A doutrina entende que a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico é de competência multi setorial, tendo em vista que este instrumento deve ser elaborado por profissionais que possuem a *expertise* suficiente para desenhar o objeto da licitação. Dessa forma, atenderá melhor aos anseios da Administração Pública e terá maiores chances de promover uma contratação satisfatória, em seu mais amplo aspecto.

Em resumo a RECORRENTE alega que não há fundamentação para a seguinte previsão em edital, item 3.3.

3.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

3.3.15. Pessoas Jurídicas reunidas em consórcio;

A RECORRENTE esta equivocada, tendo em vista que há justificativo plausível pela previsão no edital, conforme pode-se observar a seguir:



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – Cx. Postal 121 – 85301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 - Fone: (42) 3635-8100 - Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

029

É recomendado a proponente que, quando da visita ao local da obra, obtenha, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local da obra serão arcados integralmente pela própria proponente.

O Atestado de Visita poderá, a critério do licitante, ser substituído por Declaração de Renúncia de Visita Técnica, conforme modelo constante nos anexos desse edital.

No caso da opção de a visita técnica ser declinada, fica desde já, estabelecido ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução da obra.

11.5. VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

11.5.1. Não poderão participar do certame pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei 14.133/2021;

11.5.2. Acerca da vedação à participação, no presente certame, de empresas reunidas em consórcio, trata o renomado autor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco de dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa, (...) Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição

11.5.3. A lei 14.133 deixa a possibilidade de o órgão licitante permitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio. Para determinar tal vedação o Município de Laranjeiras do Sul buscou primar pela qualidade dos serviços e pelo equilíbrio econômico e financeiro da LICITANTE que, se vencedora do certame, prestará os serviços nesta Municipalidade. Encontra-se ainda asseverado pelo ilustre autor citado acima:

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação

11.5.4. Como se extrai do trecho acima, a Administração Pública poderá considerar as condições dos serviços exigidos conforme as "dimensões e complexidade do objeto", entretanto a obra em questão (terraplanagem) no entendimento deste Departamento de Engenharia não requer tal complexidade para que seja necessária a atuação de duas ou mais empresas consorciadas, eis que apenas uma empresa poderá prestar o serviço com a qualidade adequada e não seria viável que duas empresas com objetos similares se reunissem em um consórcio para a prestação dos serviços licitados.

12. DA EXECUÇÃO

12.1. O prazo para a execução do objeto desta licitação é de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da Ordem de Serviços.

A Administração Pública decidiu, mediante justificativa constante no Termo de Referência, pela vedação à participação de empresas reunidas em consórcio no Concorrência Eletrônico nº 019/2024, conforme o art. 15 da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

A ausência de empresas reunidas em consórcio no certame não resultará em prejuízos à competitividade, visto que, em regra, a formação de consórcio é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade técnica.

O renomado autor Marçal Justen Filho explica que:

A formação de consórcio acarreta risco da dominação de mercado, através de pactos de eliminação de competição entre empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios reduz o universo da disputa. O consórcio significa que eventuais interessados, ao invés de estabelecerem disputa entre si, formalizam acordo que elimina a competição.

O mesmo autor ¹Marçal Justen Filho declara:


O ato convocatório (edital) admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

Portanto, há justificável plausível para a vedação, conforme mencionados alhures.

IV – CONCLUSÃO

Deste modo, a impugnação é julgada **IMPROCEDENTE** nos termos acima, devendo o edital ser mantido inalterado, e permanecendo a data da abertura da licitação.


EDSON CARLOS BECKER
Agente de Contratação
Decreto 006/2024


CLALBERTO ROBERTO DE OLIVEIRA MELO
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.326

¹ Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410)